

SEPROT/UDESC 25/ABR/2016 15:06 00001146

AO ESTADO DE SANTA CATARINA

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC**

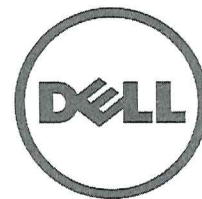
Ilmo. Pregoeiro, Sr Antonio Heronaldo de Sousa e Colenda Comissão.

PREGÃO PRESENCIAL EDITAL Nº 1512/2015

A **Dell Computadores do Brasil Ltda. ("Dell")**, inscrita no CNPJ/MF sob o 72.381.189/0001-10, estabelecida na Av. Industrial Belgraf, 400, Medianeira, Eldorado do Sul/RS, com estabelecimento filial na Av. da Emancipação. N. 5000, Parque dos Pinheiros, Hortolândia/SP (CNPJ/MF sob o 72.381.189/0006-25), na qualidade de licitante neste certame, vem, tempestivamente, nos termos do subitem 11.2 da cláusula 11 do Edital (DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS), por seu representante abaixo assinado apresentar as suas

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Apresentado pela licitante ZOOM TECNOLOGIA LTDA. (ZOOM/Recorrente), requerendo, desde já, seja aquele Recurso julgado totalmente improcedente, devendo ser ratificadas e mantidas todas as decisões praticadas pela UDESC até o presente momento, com a consequente contratação da Recorrida para os Itens 01, 02, 04 e 05 do certame em epígrafe.



1. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Inicialmente, a Recorrida lamenta a postura da licitante Recorrente com a interposição infundada do recurso, objetivando tão-somente tumultuar o processo de contratação, visto que, além de deixar de cumprir a requisitos expressos do Edital, insurge-se aventureiramente contra a classificação e habilitação da Recorrida, que se deram em plena observância aos ditames legais e editalícios.

O recurso ora contrarrazoado requer a reforma das decisões que (i) desclassificaram a Recorrente e (ii) classificaram e habilitaram a Recorrida, contudo, carece de fundamentos técnicos e jurídicos necessários para tal.

2. DA NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE DESCLASSIFICOU A PROPOSTA DA RECORRENTE:

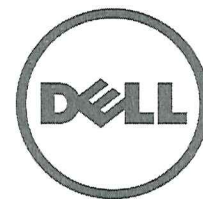
A desclassificação da Recorrente foi fundamentada por flagrante descumprimento de requisitos objetivos do Edital, o que fora verificado e lavrado em ata ("Ata") de sessão pública para análise técnica da amostra dos itens em discussão. Vejamos.

2.1. Do descumprimento do requisito técnico n.º 20 para os itens 1 e 4 e do requisito técnico n.º 19 para os itens 2 e 5:

"20) Gabinete, **teclado**, mouse, **placa mãe** do mesmo fabricante do equipamento;" (grifou-se)
(...)

"19) Gabinete, **teclado**, mouse, **placa mãe** do mesmo fabricante do equipamento;" (grifou-se)

Conforme se observa na Ata, em diligência realizada durante a análise técnica da amostra dos itens 1 e 4, a D. Comissão Técnica desta UDESC constatou que a placa mãe constante do equipamento da Recorrente é da marca GYGABYTE, tendo sido este fato



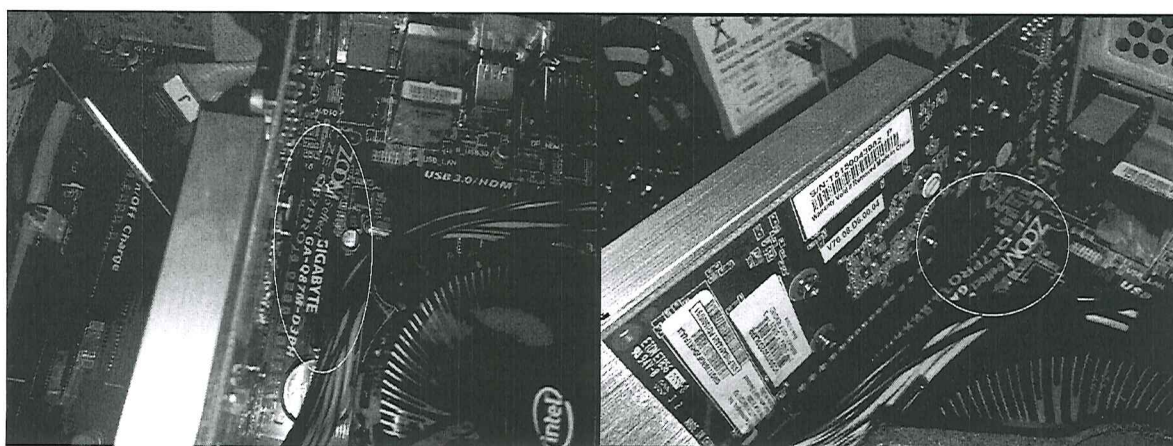
mascarado por uma etiqueta adesiva ardilosamente sobreposta ao logotipo do verdadeiro fabricante do componente.

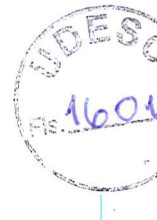
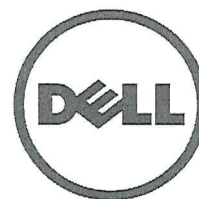
A Recorrente defende que alterou a BIOS da placa mãe original e que, portanto, é fabricante do equipamento, contudo, as alterações realizadas na BIOS independem de alterações na própria placa mãe e não lhe conferem título de fabricante do *hardware*.

Numa tentativa frustrada de provar o contrário, a Recorrente se vale de um certificado de homologação da Microsoft Windows para sustentar que é a fabricante da placa mãe, porém, o referido certificado tem o condão exclusivo de homologar o sistema operacional Windows e não componentes de *hardware*, ou seja, é inócuo em relação à placa mãe propriamente dita.

Ademais, o próprio certificado indica que a BIOS da placa mãe seja de propriedade do fabricante America Megatrend Inc., o que demonstra que a Recorrente não é fabricante da BIOS.

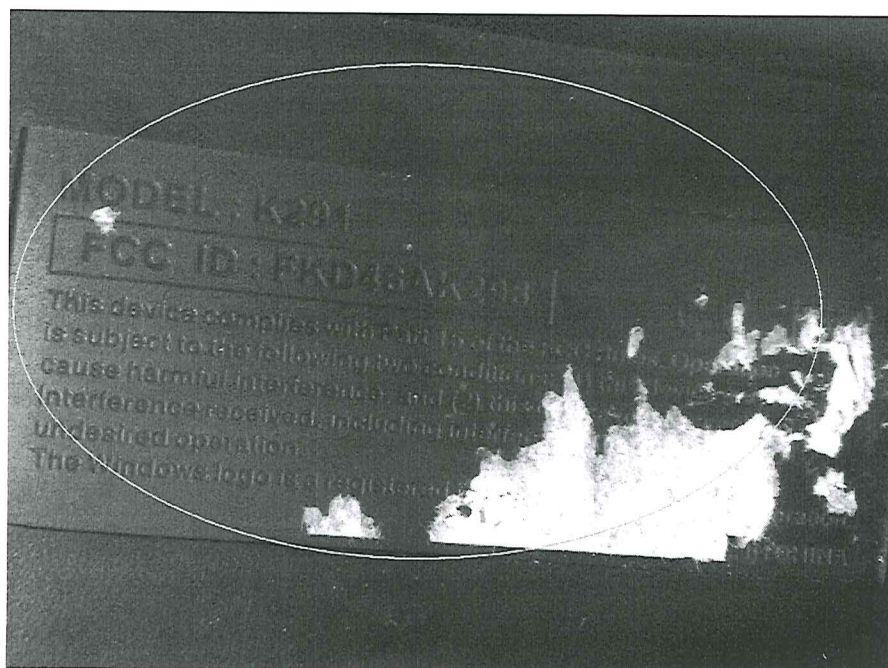
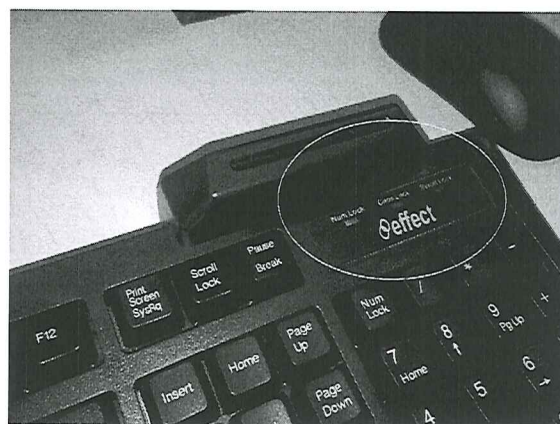
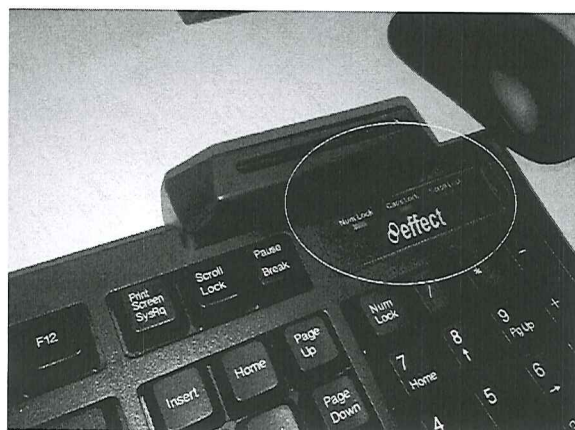
O que de fato se extrai é que a Recorrente considera que a simples aplicação de uma etiqueta adesiva sobre a marca do fabricante de um componente lhe confere o título de fabricante deste componente, o que é, no mínimo, temerário. Vejamos as fotos do componente:

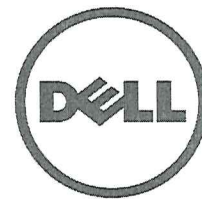




Ato contínuo, no que tange ao teclado ofertado pela Recorrente, durante a sessão de amostra, constatou-se que o equipamento apresentava, de forma deliberadamente oculta pela Recorrente, um FCC ID associado ao fabricante "Monterey International Corporation", real fabricante do teclado.

Novamente, havia uma etiqueta adesiva estrategicamente sobreposta ao FCC ID associado. Vejamos as fotos:





Quanto à alegação da Recorrente sobre ter agregado um leitor de SmartCard ao teclado, tendo, assim, concebido um produto novo e distinto do que é fabricado pela Monterey, insta salientar que o referido leitor fornecido em conjunto com o teclado não faz parte do projeto original do produto, consistindo em uma adaptação frágil que pode ser facilmente removida, o que foi apurado diligentemente pela D. Comissão Técnica, denotando, assim, o correto entendimento de que tais produtos não atendem às especificações editalícias.

Outrossim, cumpre-nos ressaltar que a Recorrente não apresentou qualquer documentação relacionada a fabricação em regime de OEM, fosse esse o caso.

2.2. Do descumprimento do requisito técnico n.º 21 para os itens 1 e 4 e do requisito técnico n.º 20 para os itens 2 e 5:

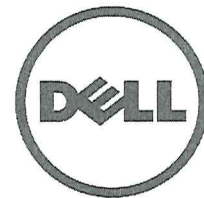
"21) Programa de gerenciamento do fabricante do equipamento ou desenvolvido especificamente para o mesmo;"

(...)

"20) Programa de gerenciamento do fabricante do equipamento ou desenvolvido especificamente para o mesmo;"

Consta da Ata que, durante a sessão pública para amostra dos equipamentos, a D. Comissão Técnica da UDESC não localizou o programa de gerenciamento do fabricante do equipamento ou desenvolvido especificamente para o mesmo. Isto é fato.

Ocorre, no entanto, que a Recorrente, durante a sessão de amostra, não apresentou mídia para instalação ou link para *download* do programa de gerenciamento, tampouco demonstrou ou argumentou sobre o procedimento de instalação e funcionamento do programa, tendo, assim, perdido a oportunidade, naquele momento, de requerer a esta UDESC uma diligência neste sentido.



É de se supor, portanto, que, houvesse a Recorrente exposto à D. Comissão Técnica, durante a sessão de amostra, o que veio a relatar no parágrafo n.º 27 de sua peça recursal, teria limitado o fundamento de sua desclassificação ao descumprimento dos requisitos técnicos n.º 20 e 21 para os itens 1 e 4; e dos requisitos técnicos n.º 19 e 20 para os itens 2 e 5. Por óbvio, isso não seria suficiente para classificação da Recorrente, haja vista a patente inobservância dos demais requisitos técnicos supramencionados.

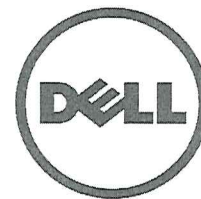
2.3. Das considerações finais sobre a necessidade da manutenção da decisão que desclassificou a proposta da recorrente :

Inobstante o exposto, sobre as especificações editalícias tratadas neste tópico 2, especificamente sobre os requisitos técnicos n.º 20 e 21 para os itens 1 e 4, e, dos requisitos técnicos n.º 19 e 20 para os itens 2 e 5, é imperioso ressaltar que a própria Lei de Licitações estabelece à Administração Pública o dever de atendimento ao princípio da padronização, senão vejamos os termos do Art. 15, I, da Lei nº 8.666/93:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;"

Na mesma ordem de ideias, o artigo 3º, § 2º, da lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, ao dispor sobre a ordem de preferência a ser observada pela Administração Pública na aquisição de bens e serviços de informática, elege a padronização como um requisito objetivo a ser observado e utilizado como critério de prelação na escolha do fornecedor. Confira-se:



"art. 3º, § 2º: Para o exercício desta preferência, levar-se-ão em conta condições equivalentes de prazo de entrega, suporte de serviços, qualidade, padronização, compatibilidade e especificação de desempenho e preço. (grifo nosso)"

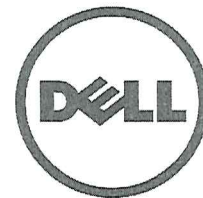
Nota-se que as especificações constantes dos itens editalícios em epígrafe, como a exigência de que gabinete, **teclado**, mouse e **placa mãe** sejam desenvolvidos pelo mesmo fabricante do equipamento, revela a necessária e salutar preocupação desta UDESC em adquirir uma solução padronizada e eficiente.

Ainda, não se pode ignorar a finalidade dos equipamentos objeto deste certame, qual seja a destinação de microcomputadores a uma Universidade Estadual, devendo garantir alto desempenho e disponibilidade, haja vista a utilização de softwares de alta performance que visam reproduzir ambientes profissionais e situações de alta complexidade, além de satisfazer às demais necessidades institucionais, administrativas, pedagógicas e de pesquisa científica da universidade.

Desta feita, insta salientar que a placa mãe é um componente básico, fundamental, principal e essencial. Assim, como é possível aceitar que o fabricante de um microcomputador não tenha participação no processo de desenvolvimento de um componente básico tão importante para o seu produto final?

Superados estes pontos, é mister salientar que a Recorrente, ardilosamente, clama que a desclassificação de sua proposta gera prejuízo ao erário, assumindo que a sua proposta seja a mais vantajosa à Administração Pública. Não é.

Estamos diante de um claro exemplo em que a proposta financeiramente mais atraente para os cofres públicos não está em total acordo com os termos do Edital.



Por melhor proposta deve se entender não somente aquela que oferecer o menor preço, mas, também, e principalmente, a que guardar consonância com as especificações editalícias como necessárias à sua elaboração. Desta feita, de nada adianta uma proposta que apresente valor reduzido se, na sua elaboração, não foram obedecidos os critérios previstos expressamente no edital.

Nesta ordem de ideias, constata-se que os princípios da vinculação aos termos do Edital e da proposta mais vantajosa não se chocam, mas se complementam. Abstrai-se, então, que somente haverá melhor proposta se os requisitos previstos no edital restarem cumpridos quando da sua elaboração.

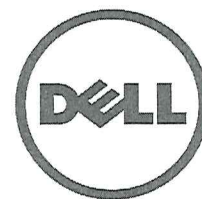
Estamos, portanto, diante de recurso infundado, cujo acolhimento culminaria num contrato viciado, ante a ausência de requisitos mínimos, expressamente previstos em Edital.

3. DA NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE CLASSIFICOU A PROPOSTA DA RECORRIDA:

Inobstante ter flagrantemente descumprido as especificações editalícias abordadas anteriormente, a Recorrente também se insurge infundadamente contra a classificação da Recorrida, alegando que os produtos ofertados pela Recorrida estão em desacordo com as exigências do Edital.

3.1. Do cumprimento do requisito técnico previsto na alínea "d" da Cláusula 3 (Especificações e Descrição de Objeto) para os itens 1, 2, 4 e 5:

Inicialmente, cabe referir que a Recorrida, além de ser uma das maiores empresas de seu segmento no mundo e também uma das líderes no desenvolvimento e fornecimento de tecnologia, é uma das maiores fornecedoras da Administração Pública Direta e Indireta das três esferas de poder no Brasil, o que é fato notório, sendo igualmente



notório e de conhecimento público que mantém padrões de conformidade regulatória de seus produtos, observando todas as normas e diretrizes de qualidade aplicáveis.

Ato contínuo, todos os produtos de marca Dell comercializados com a Administração Pública no Brasil possuem homologação e certificação do INMETRO, como pode ser verificado no site do próprio instituto.

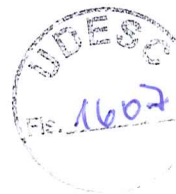
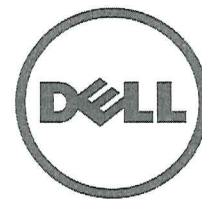
Especificamente em relação às normas do ISO 9296 e ISO 7779, cuja observância foi exigida no Edital, a recorrida apresentou, juntamente com sua proposta técnica, uma declaração "*Worldwide Regulatory Compliance Engineering and Environmental Affairs*", atestando que os seus produtos são fabricados de acordo com as referidas normas, o que pode ser verificado na página eletrônica pública: http://i.dell.com/sites/doccontent/shared-content/solutions/en/Documents/opti_7020_sff_d07s001_us.pdf.

Resta nítido, portanto, que a Recorrida atendeu à precípua finalidade das exigências da alínea "d" da Cláusula 3 (Especificações e Descrição de Objeto) para os itens 1, 2, 4 e 5.

É necessário ressaltar, no entanto, que o Decreto Presidencial n.º 7.174/2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, não exige que os instrumentos convocatórios de licitações requeiram comprovação de conformidade para emissão de ruídos.

Neste diapasão, a Portaria n.º 170/2012 do INMETRO, igualmente, é omissa quanto a conformidade para emissão de ruídos, tal qual a norma internacional IEC 60950-1.

3.2. Do cumprimento do requisito técnico de n.º 1 da Cláusula 3 (Especificações e Descrição de Objeto) para os itens 1 e 4:



- "1) Microcomputador baseado em processador operando a 3.2 GHz (nominal) e cache de 4 MB;
2) Processador Intel i3 4a.geração chipset Q87 ou AMD família A10 chipset serie 9;"

A Recorrente aponta como suposto motivo para se desclassificar a Recorrida o fato de que em nossa proposta para os itens 1 e 4 constou o processador (i3), onde deveria constar o processador (i5).

A esse respeito, é imperioso ressaltar que, desde o início, a intenção da Recorrida era oferecer equipamentos com processador (i5), contudo, por mero erro de digitação, o numeral "5" foi inadvertidamente substituído pelo numeral "3".

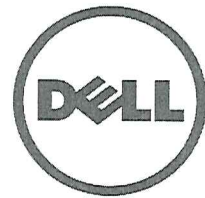
Assim sendo, comprova-se fácil e inequivocamente que a intenção da Recorrida era ofertar seus produtos com processador (i5), ao verificar que, ao longo de sua proposta, a Recorrida se refere a equipamento configurado com processador Intel® Core™ i5, tal qual o exemplo abaixo:

Pricing Information	FLEX02	Configurado com um processador Intel® Core™ i5	[610-BBET]
---------------------	--------	--	------------

Ademais, cumpre-nos esclarecer que o processador ofertado pela Recorrida (Intel® Core™ i5-4590 Processor (6M Cache, up to 3.70 GHz)) possui características técnicas superiores ao solicitado no certame, comprovado durante a sessão pública de amostra, tal qual registrado na Ata.

Isto posto, fica claro que tal erro de digitação não gerou qualquer prejuízo para o desenvolvimento do pregão, não tendo gerado qualquer repercussão.

Por outro lado, percebe-se que as alegações da Recorrente tem o condão exclusivo de tumultuar o procedimento e, caso



fossem acolhidas, privilegiariam o formalismo exagerado em prejuízo dos princípios da economicidade, conveniência e oportunidade, eficiência, dentre outros.

Desse modo, não há que se falar em desclassificação da Recorrida em razão de mero erro de digitação, que não trouxe qualquer prejuízo para o certame.

Por fim, vale repetir que a Recorrida é uma das maiores fornecedoras da Administração Pública Direta e Indireta das três esferas de poder no Brasil, o que é fato notório, sendo igualmente notório e de conhecimento público que ela jamais se utilizou de expedientes ilícitos para obter sucesso na contratação com a Administração, sendo reconhecida internacionalmente por sua excelência em compliance como uma das empresas mais éticas do mundo, como apurado pelo instituto Ethisphere, largamente especializado no desenvolvimento de padrões de ética corporativa, o que se observa do ranking divulgado em seu website.

3.3. Do cumprimento do requisito técnico n.º 20 para os itens 1 e 4 e do requisito técnico n.º 19 para os itens 2 e 5:

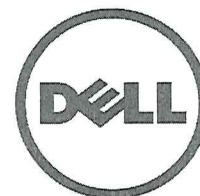
"20) Gabinete, **teclado**, mouse, placa mãe do mesmo fabricante do equipamento;"(grifou-se)
(...)

"19) Gabinete, **teclado**, mouse, placa mãe do mesmo fabricante do equipamento;"(grifou-se)

A Recorrente, de forma leviana, alega que o teclado de marca Dell apresenta as mesmas características do teclado que ofertou a esta UDESC.

A afirmação é absurda.

O Teclado Dell SmartCard KB813 ofertado no certame e homologado pela D. Comissão Técnica, segue altos padrões de



fabricação sob medida, mantendo padrões igualmente elevados de lisura e ética perante o mercado e seus clientes, sendo de sua exclusiva propriedade e possuindo todos os direitos sobre o acessório, conforme consta de prova pública contida em seu website: <http://accessories.la.dell.com/sna/products/ProductDetail.aspx?sku=332-1582&c=br&l=pt&s=dhs&cs=brdhs1>

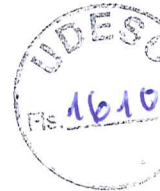
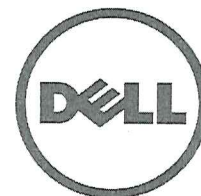


Ato contínuo, por meio de *links* públicos, a Dell disponibiliza ao mercado e aos seus clientes, de forma clara e transparente, informações sobre as parcerias que mantém para o desenvolvimento customizado de acessórios periféricos, como, por exemplo, pode ser verificado na página <http://www.dell.com/downloads/ap/products/brochures/snp/fy14-snp-brochure-anz.pdf>.

Cumpre-nos reproduzir e destacar:

Who We Partner With





Inobstante, ainda pode ser verificado nos links públicos a saber que o *driver* do referido teclado é de propriedade da Recorrida: <http://www.dell.com/support/home/us/en/19/product-support/product/dell-smrt-kybrd-kb813/drivers> e <http://www.dell.com/support/home/us/en/19/Drivers/DriversDetails?driverId=49XN1&fileId=3501979691&osCode=W764&productCode=dell-smrt-kybrd-kb813&languageCode=en&categoryId=IN>.

3.4. Do cumprimento do requisito técnico n.º 21 para os itens 1 e 4 e do requisito técnico n.º 20 para os itens 2 e 5:

"21) Programa de gerenciamento do fabricante do equipamento ou desenvolvido especificamente para o mesmo;"

(...)

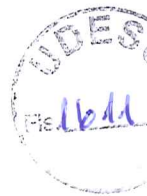
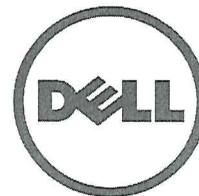
"20) Programa de gerenciamento do fabricante do equipamento ou desenvolvido especificamente para o mesmo;"

Em relação às alegações da Recorrente sobre esta matéria, acima de tudo, é necessário ressaltar sua má-fé e total ausência de ética ao realizar gravações de conversa sem autorização dos interlocutores, tal qual se observa da Ata Notarial lavrada pela Escritania de Paz do Distrito de Campinas – Comarca de São José-SC.

Contudo, assim como todos os argumentos ventilados pela Recorrente, a conversa gravada e transcrita é totalmente inócua quanto à finalidade para a qual foi concebida.

A Recorrente sustenta que, tal qual o seu equipamento, o equipamento da Recorrida não continha o programa de gerenciamento instalado. Isto é fato, inclusive, comprovado pela transcrição da gravação.

Ocorre, no entanto, que a Recorrente, ardilosamente, gravou apenas uma parte da explicação do Especialista



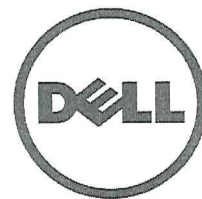
de Vendas da Recorrida, suprimindo o contexto do diálogo mantido com a D. Comissão Técnica da UDESC. Tanto é, que, segundo a ata notarial, o vídeo apresentado na Escrivania de Paz tinha apenas 00:00:53 (cinquenta e três segundos). Por óbvio, uma explicação técnica a respeito do mais simples recurso tecnológico levaria mais tempo. No entanto, a Recorrente foi bastante seletiva em seus registros escusos.

Ressalte-se que a Recorrida, em que pese não tenha autorizado a gravação, dada a natureza pública dos procedimentos licitatórios, condena apenas o fato inquestionável de que a gravação teve a finalidade exclusiva de suprimir o contexto elucidativo da conversa entre seu Especialista de Vendas e a D. Comissão Técnica. Não fosse a finalidade espúria, a Recorrente teria gravado a sessão de amostra integralmente, o que, diga-se de passagem, não teria a serventia que pretendeu.

Isto posto, partimos para o que realmente importa e atende ao princípio da primazia do interesse público: a Recorrida apresentou em sua proposta técnica (ponto a ponto) o link para download gratuito e permanente das ferramentas de gerenciamento exigidas no Edital e, diligentemente, argumentou e demonstrou os procedimentos de instalação e funcionamento do referido programa, tendo sido, portanto, obtidas durante a sessão pública as informações necessárias para o convencimento da D. Comissão Técnica de que o software constante da proposta da Recorrida atendia às expectativas desta UDESC.

Resumindo, em sede de diligência da UDESC, foram feitos os esclarecimentos necessários para a homologação dos produtos da Recorrida.

3.5. Das considerações finais sobre a necessidade da manutenção da decisão que classificou a proposta da Recorrida:



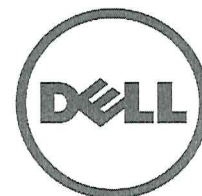
Diante de todo o exposto, tendo em vista a conformidade da proposta da Recorrida para com os termos editalícios, ao desclassificá-la, a Administração enveredaria pela prática de ato ilegal, consistente na revogação daquilo que não se pode revogar por ato do administrador público, posto que a discricionariedade encontra seus limites no princípio da legalidade.

E, a submissão do administrador ao fiel cumprimento dos requisitos previstos nos itens editalícios em epígrafe é ato vinculado, posto que sua observância decorre da Lei, de modo que a sua inobservância acarreta a nulidade do ato e a necessidade de sua correção.

Cumpre-nos consignar que a impressão que se extrai é que a Recorrente está agindo de má-fé, obstando o prosseguimento de um processo licitatório harmônico com todo o regramento jurídico.

Salienta-se, ainda, que Recorrida teve a proposta classificada, portanto, sagrou-se vencedora do certame, em razão do pleno atendimento ao edital e à notória vantagem que representa à Administração, bem como a excelência na entrega dos bens e prestação dos serviços ajustados, o que coaduna com sua posição de empresa mundialmente reconhecida pela elevada qualidade das soluções oferecidas aos seus clientes.

Desta feita, atendidas as especificações editalícias, tendo em vista a precípua finalidade de zelar pelo bom uso dos recursos públicos e pelos princípios que regem a Administração Pública, em especial os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, resta evidente que a proposta da Recorrida se apresenta como a mais vantajosa à Administração Pública.



Logo, os princípios norteadores das Licitações foram os instrumentos escolhidos pelo legislador para assegurar a moralidade e a proposta mais vantajosa nas contratações da Administração Pública, sendo assim, acertada a decisão da D. Comissão em manter a desclassificação da proposta da Recorrente.

4. DA NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE HABILITOU A RECORRIDA:

4.1. Do cumprimento dos requisitos de habilitação da Cláusula 9.4.2 (Regularidade Fiscal e Trabalhista):

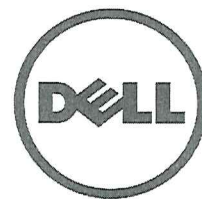
"c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante expedida pelo órgão competente, devendo apresentar os respectivos comprovantes de cadastro mobiliário e imobiliário, no caso da Fazenda Municipal expedir os documentos em separado.

(...)

c.2. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros, ou seja, duas Certidões, uma sobre Tributos Imobiliários e outra Certidão sobre Tributos Mobiliários;"

Em observância às referidas exigências de habilitação, a Recorrida apresentou as certidões necessárias emitidas pelos órgãos competentes, comprovando assim sua regularidade fiscal, inclusive, no âmbito do município de Hortolândia-SP.

No entanto, a Recorrente alega que a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS IMOBILIÁRIOS de n.º 17222/2015, emitida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS -



DEPARTAMENTO TRIBUTÁRIO do município de Hortolândia-SP não é suficiente para comprovar a regularidade fiscal no âmbito do município.

Ora, que ingerência teria a Recorrida sobre a emissão de certidões de uma Prefeitura Municipal?

Nenhuma.

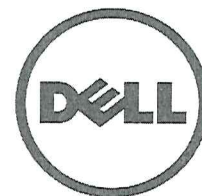
O fato é que a certidão em questão, ainda que omissa em relação ao CNPJ da Recorrida, foi emitida pelo órgão competente e é o único instrumento hábil a comprovar a regularidade fiscal da Recorrida para com aquela municipalidade, sendo certo que a Recorrida apenas detém propriedade do imóvel objeto da certidão.

Outrossim, em obediência à primazia do interesse público, como se colhe de importante decisão passada pelo E. STJ (abaixo transcrita), não se pode prestigiar decisão que inabilita um concorrente com base em circunstância irrelevante à competitividade do certame ou ao objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

É o que restou assentado pela Primeira Seção, do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Mandado de Segurança nº. 5.606, do qual foi relator o Min. José Delgado:

"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - HABILITAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - EDITAL.

1. As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se



encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa.

2. Não há de se prestigiar posição decisória assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

3. (...)

4. *Segurança Concedida"*

(DJU, de 10.08.1998, pág. 175 - gn)

E a jurisprudência do TCU reitera esse entendimento, ao estabelecer que:

"Na fase de habilitação a Comissão de Licitação não deve confundir o procedimento formal inerente ao processo licitatório com o formalismo, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias, e cujo desatendimento, por sua irrelevância, não venha a causar prejuízo à Administração. (Decisão nº TC/6.029/95-7)"

4.2. Das considerações finais sobre a necessidade da manutenção da decisão que habilitou a Recorrida:

Diante dos fatos narrados e total ausência de controle da Recorrida sobre o formato de certidões emitidas por uma Prefeitura competente, resta inequívoco que a inabilitação da Recorrida



por este motivo representaria grave afronta aos princípios que regem a Administração Pública e aos direitos individuais da Recorrida, ensejando a busca de justiça na esfera judicial.

Por fim, há de se ressaltar que a D. Comissão ou autoridade superior tem o poder/dever de, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Em outras palavras, a UDESC poderá apurar não apenas a autenticidade da certidão sob discussão, mas confirmar a inexistência de qualquer outro imóvel de propriedade da Recorrida naquela municipalidade.

5. DO REQUERIMENTO:

Por tudo quanto exposto, de fato e de direito, a Dell requer seja negado provimento, integralmente, no mérito, ao recurso administrativo ora contrarrazoado, sendo mantidas as decisões que desclassificaram a Recorrente e classificaram e habilitaram a Recorrida, e bem como seja a Recorrida convocada para celebração do contrato de fornecimento junto à UDESC.

Nestes termos, pede deferimento.

Florianópolis-SC, 22 de abril de 2016.

DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.



Marcos Vitorino
Gerente e Procurador

Marcos Vitorino
Gerente de Vendas